

Quatro décadas contribuindo para o desenvolvimento agrário e agrícola do Brasil: a trajetória da Revista de Economia e Sociologia Rural, RESR, e o Pensamento Soberiano

Four decades contributing to Brazil's agricultural and agricultural development: the path of the Rural Economy and Sociology magazine, RESR, and the "Pensamento Soberiano"

Amílcar Baiardi¹ , Tales Vital² 

¹Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Salvador (BA), Brasil. E-mail: amilcarbairdi@uol.com.br

²Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife (PE), Brasil. E-mail: talesvital@hotmail.com

Como citar: Baiardi, A., & Vital, T. (2020). Quatro décadas contribuindo para o desenvolvimento agrário e agrícola do Brasil: a trajetória da Revista de Economia e Sociologia Rural, RESR, e o Pensamento Soberiano. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(1), e229459. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.229459>

Resumo: Este trabalho elabora narrativa da trajetória da Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR) nas últimas quatro décadas e formula hipóteses sobre seus impactos. Um deles, interno, no âmbito da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, e outro, externo, na esfera da administração pública, dos parlamentos e das associações dos agentes econômicos e sociais atuantes no meio rural, exercidos pelo conteúdo veiculado nos seus artigos. As hipóteses são que esses artigos expressavam um conjunto de ideias, aqui definidas como "Pensamento Soberiano", sobre políticas públicas e privadas e sobre condutas de agentes que, uma vez adotadas, contribuiriam para estimular a produção e a produtividade agrícola, o desempenho nos mercados, desenvolvimento rural sustentável e a redução das desigualdades sociais no campo. O artigo mostra também como, ao longo dos anos, o "Pensamento Soberiano" se torna mais plural e heterodoxo. O material consistiu nas edições da revista durante quatro décadas e o método foi de visita, ou breve análise, a cada exemplar para identificar autorias e escopo. Avalia-se ter sido possível captar a essência do Pensamento Soberiano, e estimar sua contribuição para a adoção de preceitos de racionalidade nas políticas agrárias e agrícolas e na performance produtiva brasileira.

Palavras-chaves: RESR, pensamento teórico, história de periódico científico.

Abstract: This paper proposes one narrative on the Brazilian Journal of Rural Economics and Sociology's path, approaching the last four decades, and formulates hypotheses about its two impacts. One, internal, within the Brazilian Society of Economics, Administration and Rural Sociology, and other, external, into the public administration, parliaments and associations of economic and social agents working in rural areas, been both influenced by the content disseminated through the articles. The hypothesis are that these articles expressed a set of ideas, defined here as "Pensamento Soberiano", about public and private policies and the conduct of agents that, once adopted, would help to stimulate agricultural production and productivity, market performance, sustainable rural development and countryside social inequalities reduction. The article also shows how, over the years, the "Pensamento Soberiano" becomes plural and heterodox. The material used was journal editions corresponding to four decades and the method was to visit, or briefly review, each issue to identify authorship and scope. It is admitted to have captured the essence of the "Pensamento Soberiano", and to estimate its contribution to the adoption of rationality precepts in Brazilian agrarian and agricultural policies and productive performance.

Keywords: RESR, theoretical thinking, scientific journal history.



1. Introdução

Este artigo insere-se no campo conceitual e epistemológico da história de comunidades científicas e o objeto de estudo é o pensamento da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober). Esse campo dialoga com um subcampo que é a história do pensamento econômico e social no Brasil, voltado para a temática rural. O conceito de comunidade científica se aplica à Sober, mesmo que seus membros, na visão de Kuhn (1962), não compartilhem de um mesmo paradigma e que a sociedade se autodefine como uma combinação, de acordo com a classificação das agências brasileiras de fomento à ciência e à tecnologia, de membros da comunidade de ciências sociais aplicadas e das ciências humanas, com interesse no mundo rural.

A relativizar também o conceito de comunidade científica, está o fato de os veículos da Sober não explorarem controvérsias acadêmicas. Entretanto, isto não chega a ser relevante, pois Springer (1998, p. 1) afirma: “controvérsias não são relevantes por si mesmas, mas apenas na medida em que se aprende algo com elas”. Na realidade, a Sober é uma sociedade científica multidisciplinar, constituindo-se um sodalício no qual pesquisadores do econômico, da gestão e do social focam o rural como grande objeto e, ao fazê-lo, com frequência, dialoguem ente si.

O seu **objetivo** é analisar a trajetória do “Pensamento Soberiano” a partir do momento no qual a RESR, como periódico científico, passa a acolher submissões de artigos não restritas aos trabalhos apresentados nos congressos anuais. É uma trajetória que tem início com o volume 17, em 1979. A análise compreende 1) breve contextualização do período focado, decênio, 2) verificação dos temas, conteúdos, dos artigos de acordo com a classificação da RESR estabelecida no site do periódico, 3) identificação dos centros acadêmicos responsáveis pelas submissões e 4) conjecturas, sobre os possíveis impactos que os artigos tiveram na concepção e aplicação de políticas públicas ao nível da Federação e ao nível dos estados e na mudança das condutas dos agentes econômicos e sociais. Como convencionado nas pesquisas históricas, estabeleceu-se o período de análise, no caso as quatro últimas décadas: a dos anos oitenta (1979-1988) e noventa (1989-1998) do século XX e as duas primeiras do século XXI, (1999-2008 e 2009-2019)¹, considerando que mesmo que a segunda ainda não se tenha completado, como tendência não se alterará.

A **abordagem** da pesquisa é simultaneamente internalista, ou conceitual, e externalista, ou não conceitual, segundo Martins (2005). O **método** utilizado é o da narrativa contemplando o entorno e vendo os fatos historiográficos, os artigos no caso, como condicionados pela infraestrutura e superestrutura econômica e social, consoante o sugerido pela corrente de historiadores que emerge dos *Annales d' Histoire Économique et Sociale (1929/1989)* (Baiardi, 2014). O **material** analisado é parte do acervo da RESR, que corresponde ao período no qual o periódico passou a ter um percurso mais autônomo em relação aos trabalhos científicos apresentados nos eventos, assumindo a responsabilidade de ser a porta-voz dos atores preocupados com o desenvolvimento agrícola e agrário do País, uma referência, portanto, do nascimento do Pensamento Soberiano. Arbitrou-se, então, como marco zero dessa trajetória, o primeiro artigo do número 1 do volume 17, de 1979, a qual se estende até o presente momento, ao artigo décimo do número 3 do volume 57, ano de 2019. Deu-se um foco censitário à investigação que contemplou a visita a 1292 artigos. Metodologicamente não deixou de ser uma sistemática visita da literatura, no caso fonte primária, ainda que uma parte dela tenha sido analisada em outras obras. O acesso ao material se deu com base em três fontes: site da revista, edição eletrônica elaborada pela própria revista quando o editor era o professor Wilson da Cruz Vieira no período de 2001 a 2003 e edições impressas da biblioteca dos autores².

O “Pensamento Soberiano” já recebera uma abordagem em capítulo de livro editado pela Ordem dos Economistas do Brasil, obra que se propunha a analisar, até os anos oitenta do século passado, as vertentes do pensamento econômico brasileiro. Os organizadores do livro viam na Sober uma representação contemporânea desse pensamento, veiculado pela RESR

¹ O conceito de década foi flexibilizado, comportando cada uma, aproximadamente, dois quinquênios ou lustros, assim definidos: 1979-1983; 1984-1988; 1989-1993; 1994-1998; 1999- 2003; 2004-2008; 2009-2013; 2014-2019.

² O número de artigos por exemplar sequencial varia entre quinquênios e dentro de quinquênios.

e por outros meios, na forma de artigos, capítulos e livros (Baiardi, 2007). Contudo, os limites e escopo dessa abordagem anterior foram limitados comparativamente à presente.

Em síntese, proceder-se-á a análise temática e quantitativa das publicações na RESR, não desconhecendo que os sócios da Sober publicam também em outros periódicos científicos e nos anais dos congressos da entidade. Entretanto, admite-se que as contribuições mais significativas terminam por verter-se para a revista da sociedade, graças à reputação que a mesma tem alcançado.

2. Breve histórico da Sober e da gênese do Pensamento Soberiano

Fundada em 19 de fevereiro de 1959, em um encontro de 31 economistas agrícolas, a Sober só foi plenamente constituída em 23 de novembro do ano seguinte, 1960, durante a II Reunião de Economistas Rurais do Brasil, realizada nas instalações da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na cidade do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, 26 sócios assinaram sua ata de constituição, a maioria deles constituída por professores de economia agrícola de universidades brasileiras e por pesquisadores de instituições como a FGV, o Serviço de Economia Rural do Ministério de Agricultura e o Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (IEA). Em 2019, a Sober completou 60 anos de existência, com 57 encontros nacionais realizados. Seus veículos de divulgação têm sido a Revista de Economia e Sociologia Rural e os Anais do Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, que vem regularmente sendo realizado a cada ano.

O Pensamento Soberiano da primeira década de existência da sociedade foi fortemente influenciado pelas tendências do pensamento econômico então dominantes na Purdue University (USA). Esta hipótese tem consistência porque, na decisão de criar a Sober, jogou um papel relevante o corpo de professores e pesquisadores do Instituto de Economia Rural da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, IER/Uremeg, o qual participou das negociações com a Purdue University e acompanhou a gestão do convênio entre as duas universidades. A confirmar esta suspeita está o fato de o primeiro presidente da Sober, e posteriormente seu presidente honorário, ter sido o professor Erly Dias Brandão que, durante cinco anos, codirigiu o convênio Purdue University /Uremeg.

Esta hipótese não exclui que outros centros universitários dos Estados Unidos tenham também exercido algum tipo de condicionamento no pensamento econômico então vigente na Sober, a exemplo da Ohio State University, da Cornell University e da University of Wisconsin, que acolheram sócios fundadores e futuros associados (Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 1984, 1999, 2019). As semelhanças de tema, e de *approach* metodológico, entre a produção científica brasileira em economia agrícola e aquela publicada pelo American Journal of Agricultural Economics, confirmaria essa suspeita.

A busca de uma identidade com o *mainstream* do pensamento econômico dos Estados Unidos por grande parte dos professores que constituíram o *hard core* dos associados da Sober, ademais de outros fatores, devia-se à receptividade e repercussão dos valores da vida universitária norte-americana no âmbito da Uremeg. Desde seu nascimento esta aceitação de valores estava presente, visto que o modelo no qual a Uremeg se inspirou foi o mesmo dos *Land Grant Colleges*, conforme Camelier & Camelier (2000). Ademais, a sua implantação se dá pela mão de um agrônomo norte-americano, Peter Henry Rolfs, que deixou a diretoria da Escola de Agricultura da Universidade da Flórida, em Gainesville, para aceitar o convite do governo do Estado de Minas Gerais.

Essa identidade com o pensamento econômico norte-americano – estimulada pelo ambiente da “Guerra Fria” e pelos programas de cooperação USA/Brasil como “Ponto Quatro”, Aliança para o Progresso etc. – consolida-se mais à frente com a plena aceitação e grande impacto que tiveram no Brasil as obras de dois economistas estadunidenses: Edward Schuh (Schuh & Alves, 1970, 1971; Araújo & Schuh, 1983), da Purdue University, e Theodore W. Schultz (1953), da University of Chicago. Os livros destes dois economistas agrícolas eram avidamente lidos pela emergente comunidade brasileira de economistas agrícolas nos anos 60. Em realidade, substituíam, como modelo de análise da agricultura nos cursos de economia agrícola, os textos de autores europeus, franceses principalmente, que se difundiram no Brasil traduzidos para a língua portuguesa pelo Centro de Estudos de

Economia Agrícola da Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal, e em línguas originais, inglês e francês, por meio das publicações da Organization for Economic Co-operation and Development, a OECD.

No caso de Schuh, esse processo foi mais intenso e continuado porque além de haver vivido no Brasil de 1963 a 1965 na condição de professor visitante do IER/Uremeg, regressou inúmeras vezes como pesquisador/professor visitante, patrocinado pela Fundação Ford, tendo colaborado em outros centros de ensino e pesquisa como o IEA da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, o Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (Ipea), do Ministério do Planejamento e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP). Nesta última ocasião, em parceria com Paulo Fernando Cidade de Araújo, organizou uma coletânea de trabalhos de autores brasileiros e de outras nacionalidades, publicando-a com o título de Desenvolvimento Agrícola: Estudos de Casos (Araújo & Schuh, 1983).

O pensamento econômico que exerceu influência sobre a Sober nos seus primórdios, e que predominava em Purdue e em outras universidades norte-americanas com programas de pós-graduação em economia agrícola, era a versão neoclássica do pós Segunda Guerra Mundial. A mesma tinha seus fundamentos remotos nas teorias do equilíbrio geral e do equilíbrio parcial, que nascem com Walras, Marshall, Menger, Edgeworth, Jevons, Pareto, Barone, Fisher, Clark e Wicksell, tendo como fundo um mundo vitoriano de otimismo e cultivando a presunção positivista de se constituírem em um unificado corpo científico.

Por este motivo, tendia a manter-se fiel às suas raízes e cultivava uma obsessão pelo equilíbrio, visto como o estado para o qual o mercado tende como resultado de movimentos contraditórios e aleatórios por parte dos agentes que procuram maximizar suas posições. Como supunha Keynes, seria algo semelhante a um completo sistema copernicano no qual os elementos do universo econômico manter-se-iam em seus lugares por mútuos contraponto e interação (Heilbrone, 1996, p. 195). Demais, segundo Nelson & Winter (2005), esse legado da ortodoxia econômica continuava se incumbindo da análise de sistemas mais amplos e não do que ocorre nos sistemas individuais. No entanto, a partir da segunda década da segunda metade do século passado, a essência deste pensamento começa a mudar pois a doutrina unitária que admitia a hipótese de que as condições técnicas e as de demanda permaneciam imutáveis e que a concorrência perfeita e o monopólio poderiam ser tomados como representativos da realidade, começa a ser abandonada, a perder adeptos.

Emerge uma forma de pensar o econômico diferente daquela construída de 1870 a 1920, a qual é substituída por uma nova versão que estava enriquecida pelo que ocorrera a partir dos anos 30 do século XX, com três grandes influências.

A primeira delas vem da chamada Economia do Bem-Estar, que colocou a necessidade de se ir além do equilíbrio na busca da otimização, abrindo, portanto, o caminho para o planejamento. A segunda veio da Escola de Cambridge por meio da crítica de Sraffa à teoria do equilíbrio e através dos trabalhos de Joan Robinson e de Chamberlain sobre a concorrência imperfeita e sobre a concorrência monopolista, respectivamente. A terceira grande influência viria de Hicks, Myrdal, Harrod e Keynes, que introduziram dimensões como o ciclo, a incerteza, o crescimento econômico e o equilíbrio não de pleno emprego (Baiardi, 2007).

Estas influências dotaram a nova versão de preocupações como o desenvolvimento econômico e com as relações intersetoriais, que foram de grande utilidade nas pesquisas que tinham como objeto de estudo o setor agrícola, as quais eram conduzidas nos centros universitários dos Estados Unidos que, a partir da segunda metade do século passado, começaram a aceitar estudantes brasileiros e a se relacionar com universidades e centros de pesquisa no Brasil. Assim se construiu a identidade da Sober com o *mainstream* do pensamento econômico dos Estados Unidos, na forma da segunda versão, mais estilizada.

Um lançar d'olhos sobre a produção intelectual contida na primeira fase editorial da Sober - a qual contemplava trabalhos apresentados nos congressos e publicados nos anais antes que surgissem as edições regulares e trimestrais da RESR, o que somente se dá a partir de 1978 - não deixa dúvida quanto a essa identidade e esse engajamento com a versão neoclássica do pensamento econômico da segunda metade do século XX. Nos mesmos o que prevalece são trabalhos que tratam da eficiência alocativa dos fatores em uma economia

agrícola supostamente em regime de concorrência perfeita, tanto do ponto de vista dos produtos quanto do ponto de vista dos fatores.

De outro lado, é significativa, nos dez primeiros anos da associação, a abordagem microeconômica, por unidade(s) de produção ou por produto, muitas delas com grande incidência em localidades e regiões nas quais se desenvolviam pesquisas com a finalidade de gerar dados para as dissertações e teses dos programas de pós-graduação. O número de trabalhos sobre o norte da Zona da Mata de Minas Gerais, área geográfica na qual se situava o Instituto de Economia Rural da Uremeg, atual Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, é um exemplo eloquente desta afirmação. Fenômeno idêntico, mas em escala menor, se verificava nas regiões de Piracicaba e Campinas, em decorrência das pesquisas realizadas no Departamento de Ciências Sociais Rurais da Esalq.

Nessa abordagem ao nível microeconômico prevaleciam os modelos neoclássicos tradicionais que objetivavam avaliar o impacto das mudanças técnicas por meio da elasticidade de substituição dos fatores de produção ou que visavam a maximização de utilização dos mesmos. A utilização desses procedimentos em pesquisa levou a que se ignorassem as várias causas que influenciavam a dinâmica da agricultura, dentre as quais os aspectos institucionais, sociais, políticos e, sobretudo, o modelo de acumulação industrial. Ao considerar que as mudanças ocorridas são simples ajustes, movimentos ao longo de uma função de produção, causados por distorções de preços, ou que haja equilíbrio estável no mercado de trabalho e que a competição por salários seja mecanismo equilibrador, estes enfoques distanciavam-se da realidade, principalmente daquela vigente em países não industrializados ou de industrialização tardia (Baiardi, 2007).

Durante a década de 70, a práxis epistemológica condicionada ao paradigma fundamentado na versão neoclássica do pensamento econômico da segunda metade do século XX começa a se flexibilizar. A contribuir com essa flexibilização estava a difusão da teoria do progresso técnico que, como corpo do conhecimento econômico, emerge em 1971 quando Nathan Rosenberg organiza e pública trabalhos de Schumpeter, Usher, Schmookler, e quando, logo depois, se dá a difusão no Brasil das pesquisas de Hayami & Ruttan (1971), referentes ao primeiro livro. Esses autores desenvolveram a “teoria da inovação induzida”, a qual passou a se constituir em um quase paradigma para estudiosos da agricultura que utilizavam o instrumental analítico de corte neoclássico. A razão principal para este sucesso reside no fato de, com base em pesquisas sobre as experiências internacionais, Hayami e Ruttan tenham proposto ser o progresso técnico e institucional um processo endógeno ao sistema econômico, diferentemente da visão tradicional neoclássica para a qual a tecnologia é tomada como dada. O alcance dessa mudança pode ser percebido quando se compara a produção intelectual dos associados da Sober nos anos 60, influenciada pela visão neoclássica do imediato pós Segunda Guerra, com a dos anos 70, condicionada pela versão estilizada ou flexibilizada ensejada pela obra de Nathan Rosenberg (Baiardi, 2007).

As pesquisas de Hayami e Ruttan estimularam, no Pensamento Soberiano de então, novas abordagens com maior nível de agregação. Entre elas estavam as investigações que tinham como objetivo avaliar os investimentos em pesquisa agropecuária por produto e que passaram a levar em conta a importância das instituições. É possível afirmar que estes trabalhos foram decisivos na obtenção de um consenso em relação à necessidade de se criar uma instituição de porte e ao nível nacional para realizar pesquisas em ciências agrárias. O nascimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, em 1973 é, em grande medida, explicado por esta inflexão na produção do conhecimento em economia agrícola. Inspirada nessa mudança, a própria Embrapa, a partir do 10º ano de sua existência, concebe um projeto de envergadura nacional (Projeto II, EMBRAPA/BIRD) com vistas a avaliar todas as suas atividades.

A contribuir com essa mudança do nível de agregação das variáveis econômicas, passando das abordagens micro para as setoriais e macro, está também a expansão do número de associados da Sober, atraindo pesquisadores de outros estados, além de Minas Gerais e São Paulo, e fora do circuito universitário. Na década de 70 passam a ser numericamente significativas as contribuições dos associados do IEA, sobretudo por meio da revista Agricultura em São Paulo, e dos programas de pós-graduação em economia da Universidade de São Paulo, na capital (Baiardi, 2007).

O interesse de pesquisadores de órgãos como Departamento de Economia Rural do Ministério da Agricultura, da FGV e do Ipea do Ministério do Planejamento, reforçam essa tendência, o que pode ser percebido nas publicações da série monográfica do Ipea, organizada por Cláudio Contador. Posteriormente, na segunda metade dos anos 70, começam a aparecer em grande número as contribuições de associados que eram pesquisadores da Embrapa.

O marco da maturidade da Sober como organização científica se estabelece quando ela demonstra capacidade de atrair para o Brasil o congresso da International Association of Agricultural Economists, (IAAE), em 1974. Por ocasião desse evento foram divulgados dois livros com enfoque macroeconômico abordando o crescimento da agricultura brasileira e do estado de São Paulo, patrocinados pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, que tinha como titular, à época, Rubens Araújo Dias, sócio-fundador, segundo presidente da Sober e ex-diretor do Instituto de Economia Agrícola. Durante o congresso do IAAE os associados da Sober participaram em todos os grupos de discussão, atuando como relatores de alguns deles.

Um balanço desta primeira fase da Sober, que compreenderia as décadas de 60 e 70, indicaria uma consolidação da área de conhecimento de economia rural que teve como pioneiro no Brasil Ruy Miller Paiva, o primeiro pesquisador de temas relacionados com agricultura com a original ideia de organizar a comunidade. Nesse período foi produzido um número apreciável de trabalhos na forma de artigos, de teses, de relatórios de pesquisa, de pareceres etc. Entre eles, mereceria registrar algumas contribuições que significaram à época acréscimos à teoria da modernização da agricultura da parte de três destacados de seus sócios.

A primeira diz respeito ao princípio do autocontrole da modernização agrícola concebido por Ruy Miller Paiva (1968) que, entre os sócios-fundadores da Sober, desempenhou o papel de secretário, redigindo a ata de constituição da associação. A segunda contribuição se expressa nas várias hipóteses históricas contidas nos trabalhos sobre o desenvolvimento da agricultura no Brasil, em particular os efeitos do desenvolvimento econômico sobre a migração rural-urbana, de Eliseu Roberto de Andrade Alves (1984), oitavo presidente da Sober. A terceira foi o esforço de seleção, de organização e de sistematização de relevantes textos sobre desenvolvimento da agricultura, realizado por Paulo Fernando Cidade de Araújo (Araújo & Schuh, 1983), também ex-presidente da Sober, em parceria com Edward Schuh.

3. A produção da RESR entre 1979 e 2019: a evolução do Pensamento Soberiano e sua contribuição para agricultura e o mundo rural brasileiros

A primeira década analisada, a de 1980, foi um período no qual se encerraram os debates sobre o passado agrário e a essencialidade da reforma agrária. Considerava-se já superadas as teses que o latifúndio, originário de uma estrutura feudal ou patronal capitalista tipo monocultura plantation, fosse um obstáculo ao desenvolvimento de uma agricultura e de uma agroindústria modernas, estruturadas em estabelecimentos produtivos pequenos e médios e grandes e habilitados a participar de integrações horizontais e verticais. Da mesma forma considerava-se que o monopólio da posse da terra e as rendas dele derivadas não desestimularam o surgimento de empresas capitalistas, propensas à inovar na produção e na gestão.

Trouxe-se então da história econômica a categoria de modernização conservadora ou prussiana para definir as transformações rurais e o conceito de complexo agroindustrial, CAI, para melhor explicar a integração do setor primário com o secundário, a montante e a jusante da produção agropecuária. Nessa década também emerge o conceito do neoprodutivismo e de pluriatividade nas várias formas combinantes da atividade agrícola com a indústria doméstica, artesanato, serviços rurais etc.

A Tabela 1 informa sobre o número de artigos publicado pela RESR e os diferentes temas aos quais se relacionam, no decênio de 1979 a 1988.

Tabela 1. Número de artigos por temas relacionados à agricultura. RESR, 1979-1988

Faixa de anos	Número de artigos	Economia e gestão	Comercialização, mercados e preços	Políticas macroeconômicas e setoriais	Comércio internacional	Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	Estrutura e dinâmica dos sistemas agroalimentares e cadeias agroindustriais	Agricultura familiar e ruralidade
1979-1983	179	63	32	45	9	5	7	18
1984-1988	151	45	23	40	5	7	5	26
TOTAL	330	108	55	85	14	12	12	44

Fonte: CD editado por Wilson Cruz Vieira (1999); Exemplares impressos (2000-2001); acervo da RESR (2002-2019).

No primeiro lustro da análise sistemática da RESR, 1979-1983, a instituição que mais se destacou no número de submissões aceitas foi a Embrapa, incluindo a sede /administração central e vários centros, com 42 artigos. Após a Embrapa, o destaque foi para a USP, com 23 artigos, dos quais 18 originam-se na Esalq. Na sequência vem a Universidade Federal de Viçosa, UFV, com 22 artigos. O quarto maior centro de produção foi a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-Iepe), com 16 artigos, seguindo-se a Universidade Nacional de Brasília (UNB), com 7, o IEA e o Ipea com seis cada, a Universidade Federal do Ceará (UFC), com cinco, o Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo (IPT), com quatro, e a FGV, Grupo Executivo da Indústria e da Política de Transporte (Geipot) e a Universidade Federal de Pernambuco / Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (UFPE/Pimes), com três artigos cada. Há ainda registro de 20 centros com produção variável de um ou dois artigos e um fato relevante como 12 submissões aceitas provenientes de universidades norte-americanas (Purdue, Berkely, Ohio, Cornell e Yale).

No segundo lustro proposto para analisar a trajetória da revista, a liderança no número de submissões aceitas coube à UFV com 32 artigos, seguida da Embrapa com 31, da Esalq com 16, a UFC com 14, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), com seis e IEA e Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) com cinco cada. Vários órgãos da administração pública direta e indireta (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ipea, IPT, Instituto de Tecnologia de Alimentos, (Ital) participaram com 15. A UFRGS não manteve a performance do primeiro lustro, três submissões, e 14 centros participaram com número variando de três submissões a uma.

Os artigos versaram sobre todos os sete grandes temas do periódico, com ênfase em economia e gestão, 32, 7%, políticas macro e setoriais, 25,7%, comercialização, mercados e preços, 16,6% e agricultura familiar e ruralidade, 13,3%. Os temas com menor número de publicações foram comércio internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável e estrutura e dinâmica dos sistemas agroalimentares e cadeias agroindustriais, que responderam, conjuntamente por 11,7%, menos de 4% cada.

Os anos 80, em que pese a estagnação da economia, marcam uma inflexão em termos de performance da agropecuária brasileira, com o país deixando de ser importador de alimentos para se converter em exportador, com reflexos tanto na balança comercial como no abastecimento interno e no enfrentamento da inflação. Foram os anos dos estertores da política da modernização agrícola forçada, a qualquer custo, resultado de planos concebidos nos anos de 1960, o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) e Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que nortearam intervenções que desestabilizavam os mercados e a produção, levando a que, já no final da década, ocorressem os primeiros movimentos visando recompor as funções do mercado (Santana et al., 2014).

Foi a década também de fim do ciclo autoritário na política e do consenso quanto à concepção de políticas visando combater a pobreza no campo. O conjunto de artigos da RESR

orientou intervenções institucionais como fortalecimento da Embrapa e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), políticas mais amplas de acesso à terra, de crédito subsidiado e de dinamização setorial como o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) e do Programa de Expansão da Cacaucultura (Procacau). Houve também intervenções visando a estabilização e segurança alimentar, como preço mínimo, de expansão da fronteira agrícola para o cerrado, de autonomia na fabricação de insumos modernos, nos estímulos à formação de complexos agroindustriais e fortalecimento de cadeias produtivas e tantas outras. Seja nos gabinetes ou nos parlamentos, os argumentos de defesa e aprimoramento das políticas reverberavam o que se discutia e se escrevia na RESR.

O período sinaliza também uma tendência de crescimento da Sober com integração de novos sócios com maior diversidade em termos de visões de mundo. Os congressos realizados a partir de 1980 já se caracterizavam por uma maior abertura para as ciências afins à economia, simbolicamente se fazendo sentir até no nome. Os encontros deixavam de ser reuniões anuais da Sober para serem congressos brasileiros de economia e sociologia rural, com espaço para fórum de debates e grupos especiais. Nestes havia ampla abertura para outras visões, diferentes do *mainstream* do pensamento econômico, ainda hegemônico no Pensamento Soberiano. A revista, contudo, manteve seu nome, o de Revista de Economia Rural, até o volume 26, número 1, 1988, quando adota sua designação atual: Revista de Economia e Sociologia Rural.

A maior visibilidade obtida pela RESR não tirou a condição dos anais dos congressos continuarem como repositórios de visões mais heterodoxas, mantendo-se a revista mais fiel ao pensamento dos anos 60 e 70, mesmo a versão estilizada, o que se explica pela composição do conselho editorial. Durante os congressos de 1984 e 1985 a abertura se ampliou e tanto os grupos especiais como os painéis aceitaram contribuições que refletiam uma maior diversidade de pensamento. Isto era reflexo de uma crescente participação no corpo de associados de pesquisadores de outras regiões, ligados a instituições localizadas fora da região sudeste e de Brasília, tais como o Pimes da UFPE, o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Iepe, da UFRGS, a Ceplac, o Escritório Técnico do Nordeste (Etene), do Banco do Nordeste, além de outros programas de pós-graduação em economia e sociologia rural como os das universidades federais da Paraíba e do Ceará e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A partir do congresso de 1986, em um clima de restauração democrática plena, os grupos de discussão e painéis começam a ter coordenação de pesquisadores com opção paradigmática nitidamente heterodoxa. Trabalhos com abordagens marxistas começam a ser apresentados com maior frequência e, em que pese ainda a predominância dos enfoques fosse com base na visão neoclássica, percebia-se que a Sober adquirira seu segundo signo de maturidade. Se o primeiro foi ter capacidade de organizar um evento internacional, o segundo foi ter capacidade de abrigar, em um ambiente intelectual de grande tolerância, diferentes visões de mundo.

A década seguinte, a dos anos 90, foi marcada pela recuperação da capacidade do Estado de investir, ocorrendo também o sucesso do plano de estabilização da moeda com a criação do Real e a ampliação da capacidade de produzir alimentos e outras matérias-primas com menor custo. Essas mudanças permitiram ao Brasil instituir a segurança alimentar e ter na magnitude da oferta agrícola um aliado para controlar a inflação ao mesmo tempo em que no cenário externo o País passava da condição de simples vendedor de alimentos, graças ao crescimento dos excedentes exportáveis, à condição de fornecedor privilegiado para alguns mercados.

A participação do agronegócio do PIB alcançou 30% e, na balança comercial, houve ampliação do hiato entre exportação e importação.

A Tabela 2 informa sobre o número de artigos publicado pela RESR e os diferentes temas aos quais se relacionam, no período de 1989 a 1998, praticamente a década de 1990.

Tabela 2. Número de artigos por temas relacionados à agricultura. RESR, 1989-1998

Faixa de anos	Número de artigos	Economia e gestão	Comercialização, mercados e preços	Políticas macroeconômicas e setoriais	Comércio internacional	Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	Estrutura e dinâmica dos sistemas agroalimentares e cadeias agroindustriais	Agricultura familiar e ruralidade
1989-1993	120	41	23	18	14	6	5	13
1994-1998*	109	31	18	13	11	10	9	17
TOTAL	229	72	41	31	25	16	14	30

Fonte: CD editado por Wilson Cruz Vieira (1999); Exemplares impressos (2000-2001); Acervo da RESR (2002-2019). *Nos últimos números dessa série da RESR foi introduzida a publicação bilingue, sem que se incidisse na dupla contagem.

No terceiro lustro analisado, a ordem por volume de submissão com aprovação de artigos pelos diferentes centros de produção, se deu da seguinte forma: 24 artigos da UFV, 20 da Embrapa, 19 da UFC, 12 da Esalq, sete da UFRGS/Iepe, quatro da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do IEA-SP, distribuindo-se os 30 restantes por diferentes entes públicos, inclusive universidades estaduais e federais, com uma ou duas submissões, duas provenientes de empresas privadas e seis, de universidades estrangeiras, como Minnesota, Illinois, Glasgow e também do Banco Mundial.

No quarto lustro de presença e afirmação da RESR, a submissão com aprovação pelos diferentes centros de conhecimento em ciências sociais aplicadas ao rural, se deu com distribuição seguinte: 23 artigos da UFV, 21 da Esalq, 9 da Unicamp, 8 da UFC, 7 da Embrapa, 4 da UFRGS em mais de um doutorado, três da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), dois artigos da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Ceplac e da USP, não Esalq (inclusive o programa Pensa da Fundação Instituto de Administração), e 26 de outros órgãos públicos, entre eles universidades do exterior, como University of Yale, Complutense de Madrid, Institut fuer Weltwirtschaft, Universidade da Nigéria, Nsukka, Kiel Institute of World Economics, Duesternbrooker, Cordoba, e University of Western Austrália.

No decênio analisado, os temas com maior número de submissões continuaram sendo economia e gestão, comercialização, mercados e preços e políticas macroeconômicas e setoriais, havendo, comparativamente ao decênio anterior, um crescimento expressivo no tema comércio internacional e redução, também expressiva, no tema agricultura familiar e ruralidade. A distribuição dos artigos pelos sete grandes temas da RESR se deu com os seguintes pesos: economia e gestão, 31,5%, comercialização, mercados e preços, 18%, políticas macro e setoriais, 13,5%, agricultura familiar e ruralidade, 13%, comércio internacional, 11%, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, 7% e estrutura e dinâmica dos sistemas agroalimentares e cadeias agroindustriais, aproximadamente 6%.

O conjunto de análises e reflexões contidas nos artigos da RESR da década de 1990 tem aderência com as políticas de crédito agrícola, entre elas a criação Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a securitização da dívida dos produtores rurais, a redução da dependência do crédito rural em relação ao tesouro nacional com a criação da Cédula do Produtor Rural (CPR), a prefixação da taxa de juros e sua diferenciação em relação aos produtores de menor porte, que não logravam apropriar-se do progresso técnico, e nova regulamentação e adaptação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Da mesma forma, é possível estabelecer um nexo entre a produção acadêmica da RESR e a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), após a extinção, em 1990, da Embrater, induzindo a criação, no âmbito do Ministério da Agricultura, do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) e assegurando recursos para

apoiar a Ater ao nível das unidades da Federação. No período analisado, o Pensamento Soberiano veiculado pela RESR influenciou a política agrária com a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, depois Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar, posteriormente Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, para, finalmente, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ainda nos anos 1990 foi instituído o Fórum Nacional da Agricultura, com 34 câmaras, e o emblemático documento “As Dez Bandeiras da Agropecuária” e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDR), definindo o apoio complementar ao Pronaf e a política de assentamentos e a assistência aos mesmos. Ainda como produto do Pensamento Soberiano tem-se o estímulo ao debate sobre a infraestrutura de escoamento das safras com vistas a discutir o “custo Brasil”. Uma visão global da política agrícola da última década do século XX, sugere que o seu papel ativo foi relativizado, a participação do Tesouro no financiamento do crédito rural foi ainda mais reduzida, os preços mínimos perdem capacidade de dar suporte às rendas agrícolas em conjunturas desfavoráveis e o Proagro perdeu dinamismo (Santana et al., 2014). O Pensamento Soberiano registrou essa retração, chamando atenção para mudanças, maior protagonismo do Estado, o que viria acontecer na década seguinte.

Na década de 1990 a Diretoria da Sober foi ocupada na maioria dos mandatos por pesquisadores de ofício, o que significa não reunirem a dupla condição de pesquisadores e dirigentes de órgãos públicos. Além disto, foi também nessa década que, pela primeira vez, a presidência da sociedade foi preenchida por um pesquisador com maior interesse acadêmico na área de sociologia rural. Esta inflexão consolidou a abertura, ampliou o corpo de associados, atraindo docentes e pesquisadores de renomadas instituições, como os Institutos de Economia e Geociências da Unicamp e do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

O congresso de 1991, realizado na Unicamp, em Campinas, e com o emblemático tema Agricultura e Sociedade, é o marco da afirmação de outras correntes do pensamento econômico contemporâneo no âmbito da Sober. Na sua abertura, o então presidente, pesquisador da Embrapa Elísio Contini, fez um pronunciamento no qual reafirmava que o compromisso da Sober era romper o isolacionismo e cultivar utopias, em um clima de ampla participação da comunidade. Visões marxistas, evolucionistas e econômico-ambientalistas se fizeram presentes no campo da economia e visões marxistas e weberianas no campo da sociologia. Os temas complexos agroindustriais, globalização-agricultura e agricultura sustentável ocuparam um espaço apreciável no conteúdo dos trabalhos. Os congressos seguintes, não somente os mais próximos, como o de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, e o de 1993 em Ilhéus, Bahia, como os que se seguiram, os de 1994 a 1997, reafirmam as tendências observadas no congresso de Campinas. No que tange aos temas, os relacionados com pequena produção e movimentos sociais no campo, passaram a ter presença garantida em todos os congressos da década de 90, bem como uma expressão numérica em termos de trabalhos.

Dois fatos novos viriam a ocorrer no congresso de 1997, realizado em Natal. O primeiro deles é a presença dos conceitos de custo de transação e de governança, que fazem parte do instrumental analítico de uma outra vertente do pensamento econômico contemporâneo, a Nova Economia Institucional, nas pesquisas sobre competitividade, sobre cadeias produtivas e sobre o *agribusiness* brasileiro. O segundo foi o espaço concedido ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra, MST, para defender seus pontos de vista em mesas redondas e conferências. Um feito notável nesse processo evolutivo foi o congresso unificado da Sober/IRSA, International Rural Sociology Association X World Congress of Rural Sociology and XXXVIII Brazilian Congress of Rural Economy and Sociology, em 2000. O evento superou todas as expectativas, teve cerca de 1.600 trabalhos apresentados, dos quais mais de mil de brasileiros, sócios atuais ou virtuais da Sober. Nesse megaevento houve espaço para todas as correntes de pensamento em economia, sociologia rural e ciências afins.

Um novo século se anunciava, o XXI e, em sua primeira década, o País logra manter um equilíbrio fiscal instável, amplia os benefícios previdenciários e outras transferências para o meio rural, utiliza a inovação tecnológica para obter lideranças nas exportações de alimentos e reestrutura o setor secundário com interface com a agricultura, a produção de máquinas, equipamentos e insumos e a indústria processadora de matérias-primas provenientes da

produção vegetal e animal. Nenhuma destas dimensões passou despercebida ao Pensamento Soberiano dos anos 90.

A Tabela 3 informa sobre o número de artigos publicado pela RESR e os diferentes temas aos quais se relacionam, no período de 1999 a 2008, praticamente a primeira década do século XXI.

Tabela 3. Número de artigos por temas relacionados à agricultura. RESR, 1999-2008

Faixa de anos	Número de artigos	Economia e gestão	Comercialização, mercados e preços	Políticas macroeconômicas e setoriais	Comércio internacional	Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	Estrutura e dinâmica dos sistemas agroalimentares e cadeias agroindustriais	Agricultura familiar e ruralidade
1999*-2003	104	20	27	18	8	6	11	14
2004-2008	185	34	21	13	30	23	19	46
TOTAL	292	54	49	31	38	29	30	61

Fonte: CD editado por Wilson Cruz Vieira (1999); Exemplares impressos (2000-2001); Acervo da RESR (2002-2019).
 * Nesta série da RESR havia publicação bilíngue, sem que se incidisse na dupla contagem.

No quinto lustro de análise da trajetória da RESR, a submissão com aprovação de artigos pelos diferentes centros de produção, se deu com a seguinte distribuição: 23 artigos da Esalq, 20 da UFV, nove da UFC, seis da Embrapa, quatro da Unicamp, da USP e da Universidade Federal de Lavras (UFL), três da UFRGS e dois cada referentes à Unioeste, ao IEA, à Universidade Federal de Uberlândia (UFUB) e à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Os demais 23 foram distribuídos por entes públicos, inclusive universidades estaduais e federais, e por um ente privado, ligado ao transporte ferroviário.

No sexto lustro definido pela pesquisa, os centros acadêmicos que mais se destacaram na submissão de artigos aceitos foram: Esalq com 31, UFV com 16, UFC com 12, USP, incluindo o Pensa, com 10, UFPE com nove, Unioeste com oito, UFRGS com sete, Unicamp e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS) com seis, Embrapa e FGV com cinco, UFL, Ipea, UFSC e IEA com quatro, Universidade Federal do Acre (UFA) e Universidade Estadual de Londrina (UEL) com três cada e os demais 48 artigos distribuídos entre trinta e uma instituições, com dois artigos ou um. Neste grupo há um subgrupo de universidades e institutos de pesquisa do exterior, como a University of Minnesota, o Virginia Polytechnic Institute, a University of California, Berkeley, a de Talca no Chile e a de Évora em Portugal.

No decênio 1999-2008, ou dois lustros analisados, os sete grandes temas da RESR foram contemplados, sendo que o de agricultura familiar e ruralidade passou a ser aquele com maior número de submissões, seguido pelo de economia e gestão, comercialização, mercados e preços e comércio internacional. A distribuição se deu da seguinte forma: agricultura familiar e ruralidade, 21%, economia e gestão, 18,5%, comercialização, mercados e preços, 16,5%, comércio internacional, 13%, políticas macro e setoriais e estrutura e dinâmica dos sistemas agroalimentares e cadeias agroindustriais, aproximadamente 10,5% cada e meio ambiente e desenvolvimento sustentável, 10% aproximados. No último lustro os temas com maior crescimento foram agricultura familiar e ruralidade e meio ambiente e desenvolvimento sustentável, temas mais sensíveis às percepções de proteção à natureza e redução das desigualdades.

As abordagens sobre desigualdade inequivocamente influenciaram as políticas compensatórias, as de seguridade social, mas também as de financiamento para a agricultura de pequeno porte e as de acesso à terra, todas elas iniciadas na década anterior, mais aprofundadas nessa década. No que se refere ao ambiente e ao desenvolvimento

sustentável, identifica-se claramente no âmbito do Estado brasileiro a preocupação em fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e em criar programas de pesquisa na Embrapa voltados para agricultura de baixo carbono, sistemas silvo pastoris e agropastoris etc., bem como avançar propostas em relação ao novo código florestal.

No que se refere à agricultura e pecuárias inseridas no mercado, é possível estabelecer algum nexo entre o desempenho nacional a partir de certa racionalização ou convergência de políticas macroeconômicas e setoriais, às reflexões e análises que tiveram lugar na RESR sobre política cambial, tributação, liberalização do comércio exterior, acesso à insumos e tecnologia importados, acesso ao crédito rural e negociação de endividamento e inadimplência, preços mínimos e desregulamentação dos mercados de alguns produtos agrícolas e agroindustriais. As conquistas em termos de segurança alimentar, produtividade e competitividade da agricultura brasileira não estiveram dissociadas do Pensamento Soberiano nesse período.

Na primeira década do século XXI, a Sober deu continuidade às iniciativas na linha de se constituir em um sodalício essencialmente plural e com maior representatividade, tanto geográfica como setorial, atraindo profissionais do grande espectro de humanidades, que vão além das ciências sociais aplicadas ou ciências humanas na definição das agências de fomento à ciência e à tecnologia brasileiras. Dois fatos significativos na linha de maior representatividade geográfica e profissional foram a consolidação da versão de encontro anual regional no Nordeste, Sober NE, e a discussão de um novo estatuto, vigente a partir de 2012, que formaliza o escopo institucional com base nos avanços que tiveram início nas décadas de 1980 e 1990.

A segunda década do século XXI se anuncia com sintomas de exaustão da gestão macroeconômica que negligenciava a questão fiscal, o que já era apontado como um problema a ser encarado no futuro. De outro lado, a partir de 2010 se acentua o precoce fenômeno da desindustrialização que revelava fragilidades macroeconômicas não passíveis de serem contornadas unicamente com base no dinamismo do agronegócio, categoria conceitual que se generaliza para definir a agropecuária voltada para o mercado e inserida nas cadeias globais.

Como fatos alvissareiros estão a participação do PIB do agronegócio no PIB brasileiro estar próximo a 30%, o saldo de balança comercial do setor estar com um saldo de mais de 50 bilhões de dólares, o Brasil exibir uma posição de fornecedor privilegiado de alimentos e haver uma tendência crescente de transferência de parte do PIB agropecuário para sociedade, na forma de redução real do preço dos produtos agrícolas, acumulada de 1995 a 2008 em R\$ 645 bilhões (Barros, 2010).

A Tabela 4 informa sobre o número de artigos publicado pela RESR e os diferentes temas aos quais se relacionam, no período de 2009 a 2019, praticamente a segunda década do século XXI.

Tabela 4. Número de artigos por temas relacionados à agricultura. RESR, 2009-2019

Faixa de anos	Número de artigos	Economia e gestão	Comercialização, mercados e preços	Políticas macroeconômicas e setoriais	Comércio internacional	Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	Estrutura e dinâmica dos sistemas agroalimentares e cadeias agroindustriais	Agricultura familiar e ruralidade
2009-2013	209	50	41	22	17	14	24	41
2014-2019*	242	49	37	33	20	25	20	58
Total	451	99	78	55	37	39	44	99

Fonte: CD editado por Wilson Cruz Vieira (1999); Exemplares impressos (2000-2001); Acervo da RESR (2002-2019). * Até o v.57, nº3.

No sétimo lustro de análise da trajetória da RESR, os centros de produção acadêmica que mais se destacaram na submissão de artigos aceitos foram: UFV com 27, Esalq com 26, USP, incluindo o Pensa, com 13, Unicamp com 12, Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) com 10, UFC com oito, Embrapa com sete, UFRGS com seis, Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e Unioeste com cinco cada, UFPE, Unesp, FGV, UFRRJ e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unissinos) com quatro cada, UFSC, UEL, PUC RS, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) e Universidade Federal de Uberlândia (Ufuber), com três cada. Os demais 49 artigos distribuem-se entre 29 instituições, com dois artigos ou um. Neste grupo há um subgrupo de universidades e institutos de pesquisa do exterior, como a University of California, Riverside, a de Évora, e de Vigo em Portugal, a Universidade de Buenos Aires, na Argentina e as de Caldas e del Atlántico da Colômbia.

No último e oitavo lustro, de análise da trajetória da RESR, estendido com o ano de 2019, os centros de produção acadêmica que mais se destacaram na submissão de artigos aceitos foram: UFV com 26, Esalq com 17, Unicamp com 11, Embrapa e UFC com 10 cada um, UFL e UFRGS com nove cada, UNB com sete, Ufscar, Unioeste e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com seis cada centro, Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Paraná (UFPR) com cinco cada e USP, UFPE, UFSC, Ufuber, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e Unesp, com quatro cada. Os demais 91 artigos distribuem-se entre mais de 50 instituições, com dois artigos ou um. Neste grupo há um subgrupo de universidades do exterior, incluindo a Universidade de Évora, Portugal, Universidad de Cienfuegos, Cuba, Escola de Ciências Agrárias e Ambientais, Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde, Universidade de Aveiro, Portugal, Universidade de Lisboa, Portugal Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, Universidade dos Açores, Açores-Portugal, Universidade de Cuenca del Plata, Argentina, Universidad de Granada, Espanha, Universidad Nacional del Sur, Argentina, Universidad Nacional de Colômbia, Colômbia, Universidad de Antioquia UdeA, Medellín, Colômbia, Universidad de Caldas, Colômbia, Universidad Nacional de Rosario, Argentina, Universidad Tecnológica Indoamérica, Equador, Università degli Studi di Teramo, Itália, University Mustapha Stambouli of Mascara, Argélia e Universidad Nacional de Santiago del Estero, Argentina.

Nos últimos dois lustros analisados, os sete grandes temas da RESR foram contemplados, sendo que os temas economia e gestão e agricultura familiar e ruralidade alcançaram maior número de submissões, seguidos pelo de comercialização, mercados e preços e políticas macroeconômicas e setoriais. A distribuição da incidência nas sete categorias se deu, aproximadamente, da seguinte forma: 22%, economia e gestão e agricultura familiar e ruralidade, 17%, comercialização, mercados e preços, 12%, políticas macro e setoriais, 10%, estrutura e dinâmica dos sistemas agroalimentares e cadeias agroindustriais e cerca de 8,5% para os temas meio ambiente e desenvolvimento sustentável e comércio internacional. No último lustro, dentro dos sete temas, despertaram menos interesse comparativo em relação ao anterior, os temas de economia e gestão, comercialização, mercados e preços e estrutura e dinâmica dos sistemas agroalimentares e cadeias agroindustriais.

O último lustro coincide com o início da recessão econômica e com agravamento do fenômeno da desindustrialização. Em termos de impactos do Pensamento Soberiano nas políticas e na conduta dos agentes econômicos, é possível estabelecer um nexos entre o que recomendavam os artigos e: a) a priorização do financiamento público se concentrar no Pronaf, deixando os segmentos dinâmicos com responsabilidade de se autofinanciar ou se valer da CPR; b) mitigação das consequências da concentração da produção e desigualdade no mundo rural, associada com busca de alternativas de valorização do rural com geração de rendas não agrícolas e c) fomento às pesquisas que reduzam os impactos ambientais da agricultura moderna. O Pensamento Soberiano também não negligenciou a análise do dinamismo do agronegócio e da importância, diante da queda do PIB industrial, do setor ser

responsável por impulsionar a atividade econômica e atender as expectativas internacionais manifestadas pela Organização da Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), no que tange ao potencial do Brasil como exportador líquido de alimentos.

4. Conclusões

Nesta abordagem sobre a rota ou percurso da RESR e do Pensamento Soberiano nela expresso, escrutinou-se de forma evolutiva a produção acadêmica, destacando-se os temas focados, autoria institucional e as possíveis repercussões em termos de influência sobre os *policy makers* e sobre a conduta e decisão de agentes na sociedade civil, como produtores e membros de associações de classe.

Como resultado dessa verificação sistemática e completa, pode-se afirmar que o pensamento contemporâneo da Sober é constituído por um amplo espectro doutrinário, o qual contempla parte significativa das vertentes clássicas e hodiernas nas humanidades. Um balanço da produção acadêmica da RESR nas últimas décadas sugere claramente que ela está associada com todo o conjunto de complexas políticas públicas que fez o Brasil transitar das intervenções objetivando a modernização da agricultura a qualquer preço, para ações menos reguladoras e mais propensas à conviver com as leis do mercado. São inúmeras as evidências de que as mensagens e sinais emitidos pelos mais de um milhar de artigos publicados pela RESR, exerceram alguma influência na políticas macroeconômicas, de abrangência maior, fossem elas fiscais, monetárias, cambiais, tributárias, geração de empregos etc., mas foram muito mais eficazes no moldar as políticas setoriais, de abrangência menor, como as de financiamento agrícola, garantia de preços, redução de riscos, pesquisa agropecuária, distribuição de terra e emergenciais, tanto para apoiar o custeio como para garantir abastecimento.

As mesmas mensagens e os mesmos sinais emitidos foram captados pelos segmentos produtivos, tanto das atividades de produção vegetal e animal especificamente, como daqueles provenientes do âmago do complexo agroindustrial ou agronegócio, que no Brasil exibe índice de encadeamento e transmissão de efeitos bastante expressivos. (Teixeira et al., 2014). Destarte, é possível e legítimo afirmar que a performance do Brasil em termos de exportação e de abastecimento interno, conquista das últimas três décadas, tem aderência com o que foi veiculado pela RESR. Como já foi dito, seja nos gabinetes ou nos parlamentos, os argumentos de defesa e aprimoramento das políticas e outras tantas propostas e posicionamentos de como induzir a prosperidade do rural e que levaram à legislação, constitucional ou ordinária e marcos regulatórios, eram reverberações do que se discutia na Sober e se escrevia na RESR. Ela se constituiu, segundo Navarro (2019, p. 484), na... “mais longeva e relevante revista científica brasileira dedicada à Economia Rural, cuja publicação inicial intitulou-se Revista de Economia Rural”. Inequivocamente pode-se afirmar que nenhum periódico científico no Brasil teve tanta influência no Estado e na sociedade civil como a RESR.

E para o gáudio de todo os associados e *stakeholders* da Sober, esta contribuição se deu em uma atmosfera de racionalidade, mesmo existindo diversidade acentuada de pontos de vistas entre os membros da comunidade soberiana. Foi possível estabelecer durante décadas um diálogo muito bem definido pelas palavras de Silveira (2016, p. 12) como sendo:

“.. a preocupação em romper barreiras....entre.....grupos de pesquisadores partidários das visões favoráveis ao protagonismo do agronegócio e...aqueles que enfatizam o protagonismo da agricultura familiar e as possibilidades que ela empalme técnicas ambientalmente sustentáveis, auxilie na redução da pobreza e...favoreça a emergência de um economia mais justa e igualitária.”

Que em algum momento na rica história da RESR se possa dar um outro balanço de sua trajetória, é o que se deseja.

5. Referências

Alves, E. A. (1984). Desenvolvimento econômico brasileiro: efeitos sobre a migração rural-urbana. In *Conferência Latinoamericana de Economia Agrícola, Piracicaba* (Vol. 3, pp. 1-53). Piracicaba:

- IAAE/FEALQ/ESALQ. Repositório de Informação Tecnológica da EMBRAPA. Grupo 3: Mercado de trabalho.
- Araújo, P. F. C., & Schuh, G. E. (1983). *Desenvolvimento da agricultura: estudos de casos*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- Baiardi, A. (2007). O pensamento econômico da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural. In T. Szmrecsányi (Org.), *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo* (Vol. 1, pp. 210-225). São Paulo: Ordem dos Economistas do Brasil.
- Baiardi, A. (2014). O Ensino de História das Ciências Agrárias nas Universidades. In *Anais do 52º Congresso da SOBER*. Brasília: SOBER.
- Barros, G. S. C. (2010). Política agrícola no Brasil: subsídios e investimentos. Gasques et al (Org.), *A agricultura brasileira, desempenho, desafios e perspectivas* (Vol. 1, pp. 481-496). Brasília: Ipea.
- Camelier, F., & Camelier, R. M. D. (2000). A Universidade Federal de Viçosa. In *Anais do 1º Congresso Luso Brasileiro de História da Ciência e da Técnica*. Évora: Centro de estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora.
- Hayami, Y., & Ruttan, V. (1971). *Agricultural development: an international perspective*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Heilbrone, R. R. (1996). *A história do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural.
- Kuhn, T. S. (1962). *Estrutura das revoluções científicas* (3. ed.) São Paulo: Perspectiva.
- Martins, L. A. P. (2005). História da ciência: objetos, métodos e problemas. *Ciência & Educação (Bauru)*, 11(2), 305-317.
- Navarro, Z. (2019). Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(3), 472-489.
- Nelson, R. R., & Winter, S. G. (2005). *Uma teoria evolucionária da mudança econômica*. Campinas: Editora UNICAMP.
- Paiva, R. M. (1968). O mecanismo de autocontrole no processo de expansão e de melhoria técnica da agricultura. *Revista Brasileira de Economia*, 2(3), 5-38.
- Santana, C. A. M., Buainain, A. M., Silva, F. P., Garcia, J. R., & Layala, P. (2014). Política Agrícola, avanços e retrocessos ao longo de uma trajetória positiva. In A. M. Buainain, E. A. Alves, J. M. Silveira, & Z. Navarro. *O mundo rural do Brasil no século 21, a formação de um novo padrão agrário e agrícola* (pp. 797-825). Brasília: Instituto de Economia/Embrapa.
- Schuh, G. E., & Alves, E. R. (1970). *The agricultural development of Brazil*. New York: Praeger Publishers.
- Schuh, G. E., & Alves, E. R. (1971). *Pesquisa sobre desenvolvimento agrícola no Brasil*. Brasília: Ministério da Agricultura.
- Schultz, T. W. (1953). *The economic organization of agriculture*. New York: McGraw Hill Book Company.
- Silveira, J. M. F. J. (2016). Prefácio. In J. E. R. Vieira Filho & J. G. Gasques. *Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade* (pp. 11-14). Brasília: Abag/IPEA.
- Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER. (1984). *Quem é quem na SOBER*. Brasília: SOBER.
- Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER. (1999). *Quem é quem: diretório da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. Brasília: SOBER.
- Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER. (2019). *Anais das reuniões/congressos: 1959 a 2019*. Brasília: SOBER. Recuperado em 10 de setembro de 2019, de <http://www.sober.org.br/>
- Springer, R. (1998). Porque estudar controvérsias científicas. *Episteme*, 3(6), 8-221.
- Teixeira, E. C., Miranda, M. H., & Freitas, C. O. (2014). *Políticas governamentais aplicadas ao agronegócio*. Viçosa: Editora UFV.
- Vieira, W. C. (Ed.). (1999). *Revista de Economia e Sociologia rural, 1979-1998*. Brasília: SOBER. Edição comemorativa dos 40 anos, compactada em CD-ROM.

Data de submissão: 1º de outubro de 2019.
Data de aceite: 29 de dezembro de 2019.
Classificação JEL: B3, B5.